



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 42/2023, em que é recorrente **Idésio Cabral Dias Semedo** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 181/2023

(Autos de Amparo 42/2023, Idésio Cabral Dias Semedo v. STJ, Aperfeiçoamento por indicação deficiente das condutas alegadamente lesivas de direitos, por falta de definição dos amparos que se pretende obter, por apresentação de um segmento conclusivo deficitário)

I. Relatório

1. O Senhor Idésio Cabral Dias Semedo, interpôs recurso de amparo impugnando o *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça 194/2023, de 28 de julho*, tendo como fundamentos os argumentos subsequentes:

1.1. Feito o cúmulo jurídico, foi condenado pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia na pena única de 8 anos e 10 meses de prisão;

1.2. Na sequência, discorreu extensivamente sobre os factos imputados aquando da sua acusação e subsequente condenação, para o que releva destacando-se o seguinte:

1.2.1. Insatisfeito com decisão do Tribunal de Primeira Instância, interpôs recurso para o Tribunal de Relação de Sotavento, que, por via do Acórdão 98/2020, concedeu parcial provimento ao recurso interposto, com a redução da pena para 5 anos de prisão efetiva, mais a condenação em custas processuais;

1.2.2. Mais uma vez inconformado, impetrou recurso que dirigiu ao STJ, contestando interpretação incorreta do número 1 do artigo 53 do CP feita por esse órgão ao negar-lhe o pedido de suspensão da pena. Outrossim, considera que o referido artigo não dispõe de nenhuma expressão que leve a crer que não se tem de estar perante uma

certeza para se aplicar a pena de prisão efetiva em detrimento da suspensão da pena. Sendo imprescindível uma certeza fundamentada no espírito do julgador de que “a simples ameaça de prisão constitui advertência suficiente para que o agente modele o seu comportamento perante a sociedade”;

1.2.3. Por isso insurge-se contra o STJ por este ter, através do *Acórdão 194/2023*, decidido pela improcedência do recurso, com base no argumento de que do acórdão impugnado não decorre violação de qualquer dos princípios invocados, privando-o de ser contemplado com a suspensão da pena de prisão por se considerar que sequer foram preenchidos os pressupostos formais para acionar o referido instituto, imputando a esta interpretação violações ao princípio da proporcionalidade da pena e ao princípio da humanidade inerente à dignidade da pessoa humana constitucionalmente consagrada. Neste sentido, rejeita que o órgão judicial recorrido tenha considerado que não se apresentou nenhuma razão de índole objetiva que permite vislumbrar a possibilidade de se suspender a pena aplicada, e que o mesmo apenas tenha se limitado a debruçar-se sobre os pressupostos vertidos no artigo 53º do CP;

1.2.4. Arremata que, na sua perspetiva, o órgão judicial recorrido limitou-se a confirmar a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento, quando estavam preenchidas as condições para, fundamentadamente, se suspender a pena. Nomeadamente porque, na sua apreciação, o passado criminal foi a razão pela qual não foi agraciado com o referido instituto. Por isso é apologista da tese de que, à semelhança do uso que acontece com o princípio do *in dubio pro reo* no tocante às dúvidas geradas pela apreciação das provas, o tribunal tinha o poder-dever de conceder-lhe a prerrogativa de suspensão da pena, o que não deixa de ser uma condenação.

1.3. Alega que não é permissível no nosso sistema a violação do princípio da legalidade, que esperava mais reparos ao processo e formula vários comentários genéricos cujas ligações ao objeto do processo são muito difíceis de estabelecer.

1.4. Reitera que todos os meios legais de defesa dos seus direitos, bem como todas as vias de recurso ordinário foram esgotados e retoma, na conclusão, elementos conducentes ao percurso do processo principal apresentados inicialmente com a súplica de que o seu amparo seja julgado procedente;

1.5. Pede que lhe seja concedido o amparo constitucional dos seus direitos consagrados no princípio da dignidade da pessoa humana, inerente ao [seria princípio?] da humanidade da pena, bem como o da proporcionalidade da pena, violados pelos acórdãos recorridos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso seria tempestivo, o requerente teria legitimidade, não caberiam outros recursos ordinários;

2.1.1. Porém, por se ter compulsado a petição de recurso e não se ter logrado descortinar qual o(s) direito(s), liberdade(s) e garantia(s) constitucional(ais) potencialmente violado(s), considera que o recurso de amparo constitucional interposto não cumpre todos os requisitos exigidos pela Lei do Amparo;

2.1.2. Devendo, por isso, ser o recorrente notificado para suprir a referida deficiência.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 8 de dezembro de 2023, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela

Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos

direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e

para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão;

2.3.5. Na situação vertente, embora o recorrente tenha apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluindo uma exposição das razões de facto que o fundamentam, no que concerne ao segmento conclusivo parece ter-se desviado das exigências determinadas pelo artigo 8.º, alínea e), da Lei do Amparo no que diz respeito ao resumo das fundamentações de facto e de direito que justificam a petição, que, no caso do amparo, dependem essencialmente de, nesse trecho, se identificar de forma segmentada condutas impugnadas, os direitos, liberdades e garantias que terão vulnerado e os remédios que se pretende obter para a sua reparação. O que se nota é que, ao invés de fazer isso, o recorrente limita-se a retomar certos fundamentos de facto e a tecer considerações tão abstratas e imprecisas que tais elementos, quando existem, ficam quase impercetíveis.

3. Com efeito, o modo como se apresentou o segmento conclusivo, repercute desfavoravelmente na identificação da(s) conduta(s) que pretende impugnar.

3.1. O recorrente não a(s) articula devidamente nas suas conclusões, o segmento da peça que por excelência serve para se a(s) apresentar e assim definir claramente o objeto do

recurso, pois sequer a(s) menciona, limitando-se a reiterar que houve uma incorreta apreciação das normas.

3.2. Até porque no segmento anterior tece várias considerações que parecem indiciar que pretende desafiar vários atos ou omissões que terão sido perpetrados pelo órgão judicial recorrido, nomeadamente quando diz que estava à espera de mais reparos ou de que se terá violado o princípio da legalidade.

3.3. Não se evidencia com precisão a conduta do poder público judicial que se pretende impugnar. Parece que uma delas gravitará em torno da não-suspensão de pena pelo STJ, mas sem que se consiga identificar qual ou quais seriam as interpretações concretas adotadas por este órgão judicial que, sendo lesivas de certos direitos de titularidade do recorrente, integrariam tal conduta.

4. Acresce que, como salientou o douto parecer do Ministério Público, a indicação dos parâmetros é claramente deficitária.

4.1. Com o recorrente a apelar, sem mais, ao que denomina de um princípio da humanidade inerente ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao princípio da proporcionalidade e extraindo efeitos por analogia da garantia do *in dubio pro reo*;

4.2. E a inserir considerações imprecisas como, quando no ponto 17, parece remeter para a existência de “violações de um dos princípios fundamentais e garantias de processos penais” como a dignidade da pessoa humana, que estariam consagrados nos artigos 15, 16, 22, e 35 da CRCV, sem que se entenda que garantias seriam essas e como ficariam violadas pela(s) eventual(is) conduta(s) que pretende impugnar.

4.3. Sem tais elementos argumentativos o Tribunal Constitucional não consegue entender nem os direitos, nem as posições jurídicas assentes nos princípios objetivos que indica sem qualquer subjetivação e que sustentam as suas alegações de violação.

5. É de realçar que o recurso de amparo não está rigorosamente instruído, nos termos da lei, pois não se tem acesso ao recurso protocolado junto ao TRS, nem à impugnação dirigida ao STJ.

5.1. Na medida em que isso é supérfluo pelo acesso limitado que se tem dos argumentos principais do recorrente vertidos para os relatórios dessas decisões, não causa problemas ao Tribunal;

5.2. O qual, naturalmente, limitar-se-á a considerar esses elementos autuados.

6. O pedido de amparo que dirige a esta Corte também não parece ser congruente com o previsto pelos artigos 24 e 25 do diploma de processo constitucional aplicável.

6.1. O recorrente pede de forma muito genérica que lhe seja concedido o amparo constitucional dos seus direitos consagrados no princípio da dignidade da pessoa humana, que seria “adveniente” do princípio da humanidade da pena, bem como, o da proporcionalidade da pena, violados pelos acórdãos recorridos;

6.2. O que onera desnecessariamente o Tribunal, que terá que determinar o amparo específico para reparar esses direitos, caso venha a atestar a sua violação;

6.3. Parece ser claramente incompatível com a exigência de que o remédio que se pretende obter do Tribunal Constitucional seja suficientemente definido.

6.4. Impondo-se também a correção da peça neste particular.

7. Inexistindo condições para a aferição da admissibilidade do pedido, para que a instância prossiga, torna-se indispensável determinar o aperfeiçoamento da peça no sentido de o recorrente, por um lado, indicar de forma clara e precisa a(s) conduta(s) do órgão recorrido que considera violar os seus direitos, liberdades e garantias com vista à determinação do objeto do seu recurso, a explicitação dos direitos, liberdades e garantias amparáveis que considera terem sido violados, bem como do(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação, ajustando, nesses termos, o segmento conclusivo às exigências da Lei do Amparo.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça, reformular as suas conclusões,

a) Apresentando de forma clara e precisa a(s) conduta(s) que imputa ao órgão recorrido e que terá (ão) violado os direitos que elenca;

b) Explicitando os direitos, liberdades e garantias amparáveis que considera terem sido violados;

c) Indicando o(s) amparo(s) específico(s) que pretende obter para a sua reparação.

Registe, notifique e publique.

Praia, 11 de dezembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 11 de dezembro de 2023.

O Secretário,

João Borges